



Escola de Administração
Fazendária



CONCURSO PÚBLICO
Ministério Público da
União - MPU
2004

Analista

Área:

Processual

Gabarito

1

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - Verifique se o NÚMERO do Gabarito, colocado acima, é o mesmo constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS e da etiqueta colada na carteira escolar; esses NÚMEROS deverão ser idênticos, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo; qualquer divergência exija do Fiscal de Sala um caderno de prova cujo número do gabarito seja igual ao constante do seu CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 3 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, **obrigatoriamente**, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído, portanto não o rasure nem o amasse.
- 4 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS, em letra manuscrita *curativa*, para posterior exame grafológico, se necessário:

"O único lugar onde sucesso vem antes do trabalho é no dicionário".
- 5 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 6 - Neste caderno, há **80 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
- 7 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar as bordas. Ex. A B C D E
- 8 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 9 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 10 - Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 11 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.11 do edital.
- 12 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que **não** poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a **não**-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.

Boa Prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder às questões 01 e 02.

O direito não se constrói sem enunciados e todos os enunciados são expressos por palavras. Sem palavra não existe ordem e antes do direito era o caos. Por outro lado, todo enunciado há de ser interpretado. Da Bíblia às determinações domésticas. Nessas condições, necessariamente, cabe ao juiz interpretar os enunciados das súmulas, sempre compostas por palavras cujo sentido, dentro do texto, pode não ser totalmente preciso para todos os casos. Diga-se a propósito que o Tribunal Superior do Trabalho produz enunciados com efeitos parecidos com os das súmulas vinculantes pretendidas, e nem por isso os juizes de primeira instância têm suas ações engessadas. Diga-se também que, mais do que a súmula vinculante, é a lei que engessa a ação do juiz, a aplicação da Justiça.

(Hindemburgo Pereira-Diniz, *Correio Braziliense*, 25/02/2004, com adaptações)

01- Assinale a opção incorreta a respeito da organização da argumentação do texto.

- a) A proposição “todo enunciado há de ser interpretado”(ℓ.4 e 5) expressa a tese do texto.
- b) A expressão “Nessas condições”(ℓ.6) retoma os argumentos anteriores e introduz uma justificativa para a tese.
- c) A proposição expressa por “palavras cujo sentido, dentro do texto, pode não ser totalmente preciso para todos os casos”(ℓ.8, 9 e 10) justifica a necessidade da idéia expressa pela tese.
- d) A expressão “Diga-se a propósito”(ℓ.10) introduz uma exemplificação contrária à tese do texto.
- e) A expressão “Diga-se também”(ℓ.14 e 15) acrescenta um argumento para a comprovação da tese do texto.

02- No texto, a frase das linhas 5 e 6 "Da Bíblia às determinações domésticas." tem a função argumentativa de mostrar a

- a) relevância dos enunciados legais e religiosos.
- b) necessidade da ordem nos enunciados do direito.
- c) situação de caos anterior aos enunciados da Bíblia.
- d) existência dos enunciados legais na realidade cotidiana.
- e) necessidade de interpretação de qualquer tipo de enunciado.

Leia o texto para responder às questões 03 e 04.

Sei que grande parte da magistratura sem assento nos tribunais superiores discorda dos que defendem a adoção da súmula vinculante, sob o fundamento de que o instituto pretendido engessaria os demais juizes, sobretudo os de primeira instância, no canteiro da qual começa a manifestar-se o espírito da jurisprudência. Penso de outra forma. Não vejo engessamento da ação do magistrado de instância inicial no resultado dessa medida que se advoga como instrumento de agilização da Justiça.

(Hindemburgo Pereira-Diniz, *Correio Braziliense*, 25/02/2004, com adaptações)

03- Assinale a opção em que a expressão da primeira coluna não retoma, no texto, a idéia da expressão listada na segunda coluna.

- a) “que”(ℓ.2) ⇒ “grande parte da magistratura sem assento nos tribunais superiores”(ℓ.1 e 2)
- b) “instituto pretendido”(ℓ.3 e 4) ⇒ “súmula vinculante”(ℓ.3)
- c) “da qual”(ℓ.5) ⇒ “de primeira instância”(ℓ.5)
- d) “[d]essa medida”(ℓ.8) ⇒ “súmula vinculante”(ℓ.3)
- e) “instrumento de agilização da Justiça”(ℓ.9) ⇒ “súmula vinculante”(ℓ.3)

04- Assinale a expressão que, no texto, não tem valor de adjetivo por não denotar um atributo do nome a que se refere.

- a) “sem assento nos tribunais superiores”(ℓ.1 e 2)
- b) “de primeira instância”(ℓ.5)
- c) “da jurisprudência”(ℓ.6)
- d) “de outra forma”(ℓ.6 e 7)
- e) “que se advoga como instrumento de agilização da Justiça”(ℓ.8 e 9)

Leia o texto para responder às questões 05 e 06.

- 5 Ao longo de 60 anos, todas as estratégias brasileiras visavam a definir os meios para realizar o projeto previamente aceito para o futuro do país. A diferença para hoje é que não basta só definir os meios, mas também os próprios fins. Nenhum dos chamados problemas brasileiros de hoje será resolvido sem uma modificação dos objetivos que a sociedade brasileira deve perseguir em sua ânsia modernizadora.

(Cristovam Buarque, *Da modernidade técnica à modernidade ética*, com adaptações)

- 05- Assinale o parágrafo que dá continuidade coerente e gramaticalmente correta ao texto.

- a) O grande erro de o Brasil neste século, de solucionar a crise dos anos 60, proibindo o debate de alternativas, ocorreu devido a pressão ideológica dos pensadores e políticos brasileiros.
- b) Para complicar, essas estratégias terão que ser construídas em um movimento de crise dos paradigmas estrangeiros, de cujos pensadores brasileiros estão órfãos de idéias.
- c) A modernização de hoje exige a modernização do próprio conceito de modernidade. E isso muda o trabalho estratégico, dificultando a base de apoio para isto por causa dos interesses divergentes.
- d) Nessas condições surge a grande possibilidade que os estrategistas que buscam um caminho para o Brasil pensem pela primeira vez na nossa história, em um caminho brasileiro para o Brasil.
- e) Definindo os próprios fins, sem defender a estratégia neoliberal em uma sociedade mundial que não conhece, eficazmente, esse instrumento de propaganda tão abstrato e desviado da realidade quanto era a propaganda da nova modernidade em um desenho de apartação entre os povos.

- 06- Julgue as seguintes afirmações a respeito das estruturas lingüísticas do texto.

- I. Mantém-se a correção gramatical do texto ao retirar a preposição “a” que antecede “definir”(ℓ.2).
- II. Alteram-se os sentidos do texto, mas mantém-se sua correção gramatical, ao retirar a preposição “para” que antecede “hoje”(ℓ.4).
- III. O singular da expressão verbal “será resolvido”(ℓ.6 e 7) deve-se ao singular de “Nenhum”(ℓ.5).
- IV. O emprego do feminino em “sua”(ℓ.8) deve-se ao uso do feminino de “sociedade brasileira”(ℓ.8).

Estão corretos apenas os itens

- a) I e II
- b) III e IV
- c) II e III
- d) II, III e IV
- e) I, II e III

A queda do muro de Berlim sepultou a maioria dos sonhos revolucionários do mundo. Apesar do abalo na fé da transformação via revolução, a esquerda e os setores progressistas no Brasil foram capazes de reorganizar os valores que os orientavam em torno de uma agenda política que elegeu a cidadania, como criação e ampliação de direitos, e uma exigência ética na prática política como suas prioridades.

Mas a compatibilidade das lutas de esquerda com o capitalismo é apenas um ponto de partida e não de chegada; depende do quanto formos capazes de radicalizar a democracia em todas as esferas da vida social de forma a tensionar o capitalismo e confrontar a democracia de baixa intensidade que o informa.

(Sueley Carneiro, *Correio Braziliense*, 27/02/2004, com adaptações)

- 07- Assinale a opção que representa, na voz passiva, uma idéia correspondente à do texto.

- a) Houve abalo na fé de que a transformação seria via revolução.
- b) Os setores progressistas no Brasil puderam ser capazes de se reorganizar em torno de uma agenda política.
- c) A cidadania, como criação e ampliação de direitos, e uma exigência ética na prática política foram eleitas como prioridades de uma agenda política.
- d) Apenas a radicalização da democracia em todas as esferas da vida social é dependente de nossa capacidade.
- e) A democracia de baixa intensidade que informa o capitalismo também o confronta.

Leia o texto abaixo para responder às questões 08 e 09.

A abertura do mercado brasileiro trouxe benefícios para o País e (1) acirrou a concorrência, especialmente entre as multinacionais e (2) empresas que controlam antigas estatais. Por outro lado, fez surgir o medo da espionagem industrial e obrigou as grandes companhias que detêm tecnologia moderna e (3) sofisticada a adotarem medidas de proteção muitas vezes extremas. Isso porque o trabalho dos espões tecnológicos é descobrir segredos e (4) obter informações valiosas sobre os principais e (5) mais lucrativos produtos das empresas ou de instituições militares.

Para se proteger nessa guerra silenciosa vale tudo.

(ISTOÉ, 21/1/2004, com adaptações)

- 08- Assinale a opção em que a substituição da conjunção **e**, assinalada no texto, por ponto **não** provoca erro sintático. Despreze a necessidade de ajustes nas letras minúsculas e maiúsculas.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

09- Assinale a proposição textualmente coerente e gramaticalmente correta que pode servir de argumento para a tese expressa no segundo parágrafo do texto.

- a) Hoje, qualquer funcionário, executivo ou não, sabem que um micro pouca capacidade tem de armazenar toda tecnologia utilizada numa empresa: é o funcionário que o opera quem sabe de tudo.
- b) Entre as principais recomendações estão nunca deixar documentos ou disquetes sobre a mesa e não tratar de assuntos sigilosos pelo celular; cuidados semelhantes se estendem até mesmo às festas de confraternização.
- c) Em São Paulo, na quarta fabricante de aviões civis do mundo, são obrigatórios o uso de crachás de identificação, embora ninguém circula facilmente por todos os lugares, mesmo que tenha credencial de acesso.
- d) Algumas dependências das empresas são restritas: uma área da fábrica Xis, próximo ao local onde ficam guardadas à sete chaves as informações estratégicas, foi interditada para impedir que vazem.
- e) Todas as senhas e códigos da empresa ZOOX são alteradas diariamente e os cuidados são também direcionados a qualquer espiões que agem através dos computadores.

10- Desconsiderando as necessárias alterações na pontuação e no emprego de letras maiúsculas e minúsculas, assinale a opção em que o deslocamento da expressão ou oração sublinhada para o início do período em que ocorre provoca erro gramatical ou incoerência textual.

- a) É certo que muito pouco pode ser feito individualmente no que diz respeito às grandes mudanças provocadas pelo fim da guerra fria e pelo desmantelamento dos dois blocos gigantes que se contrapõem, o do Oeste e o do Leste.
- b) O terrorismo, antes uma forma rara de conflito, tornou-se presente na vida de milhões de pessoas.
- c) As mudanças extraordinárias na área tecnológica, ao mesmo tempo em que representam um avanço revolucionário, provocam imensa ansiedade e confusão.
- d) A incerteza política trazida pelo terrorismo, o fato de não mais sabermos quem são nossos inimigos, constitui um aspecto perturbador mesmo quando estamos em casa.
- e) As pessoas sentem-se abandonadas – além de inseguras –, como se fossem a última preocupação dos governantes.

(fragmentos adaptados de Tom Peters, *O mundo está um caos*, VEJA, 17 de dezembro de 2003)

11- As opções abaixo são fragmentos transcritos de um mesmo texto. Assinale aquele que foi transcrito respeitando a coerência do texto e as regras gramaticais da norma culta.

- a) Já está provado que, quanto mais pobre é uma comunidade, mais ela depende do meio ambiente. As vilas ribeirinhas da Amazônia e as tribos da Austrália não sobreviveriam sem os rios e as matas de que tiram o sustento.
- b) Também já constatou que, é possível, aliar a preservação ao desenvolvimento social e econômico de comunidades nativas. Do melhor exemplo disso está no Brasil, no projeto Mamirauá, no Amazonas.
- c) Ali, a pesquisa científica além da conservação ambiental melhorou sensivelmente a vida dos ribeirinhos. Hoje eles tem postos de saúde, escolas – e muitos trabalham no projeto, com carteira profissional assinada e salário fixo.
- d) A proposta é que países desenvolvidos, grandes poluidores, pagam para nações mais pobres possam preservarem suas matas e florestas. Isso não tem nada a ver com aquela antiga e errada idéia que a Amazônia é o pulmão do mundo.
- e) Não é conservando a Amazônia que resolverão-se os problemas ambientais da Terra. Mas deixando de desmatá-la e de queimá-la evita que a situação fique ainda pior. Investir em pesquisas em outros lugares massacrados – como o Cerrado e a Mata Atlântica – também é fundamental.

(Russel Mittermeier, *Revista TERRA*, setembro de 2003, com adaptações)

12- Assinale a opção de ordenação que torna os seguintes fragmentos, adaptados de VEJA, 3/3/2004, um texto coerente e coeso.

- (A) O que mudou é que, hoje, americanos e europeus podem investir os reais que recebem de suas exportações em dívidas do governo brasileiro ou na bolsa.
- (B) A oposição à globalização não tem nada a ver com o comércio, mas com as movimentações financeiras entre países.
- (C) Isso aumenta a demanda por títulos do governo e reduz os juros, que seriam ainda mais altos se não existisse esse influxo internacional.
- (D) Até manifestantes antiglobalização usam celulares da Nokia e imprimem seus protestos em impressoras Hewlett Packard. Ou seja, até eles aprovam o intercâmbio comercial entre os povos.

- a) (A) (C) (D) (B)
- b) (B) (D) (A) (C)
- c) (B) (C) (A) (D)
- d) (C) (A) (B) (D)
- e) (C) (D) (B) (A)

- 13- As características abaixo sobre política pública de gestão foram adaptadas do artigo de Ricardo de Oliveira, **A quem interessa melhorar a gestão pública?** (Correio Braziliense, 29/02/2004)

Assinale a opção em que essas informações estão organizadas textualmente, em um só período, de forma coerente e gramaticalmente correta.

A política pública de gestão

- requer uma série de medidas e compromissos bastante exigentes e complexos.
- necessita, acima de tudo, de continuidade.
- deve ser compreendida como uma política de Estado e não de governo.
- ultrapassa vários governos.

- a) A política pública de gestão requer uma série de medidas e compromissos bastante exigentes e complexos, no entanto, acima de tudo necessita de continuidade. Por isso, deve ser compreendida como uma política de Estado e não de governo, porque ultrapassa vários governos.
- b) A política pública de gestão, ao requerer uma série de medidas e compromissos bastante exigentes e complexos, necessita acima de tudo de continuidade, a qual deve ser compreendida como uma política de Estado e não de governo: ultrapassa vários governos.
- c) A política pública de gestão requer uma série de medidas e compromissos bastante exigentes e complexos, mas acima de tudo necessita de continuidade e, portanto, deve ser compreendida como uma política de Estado e não de governo, porque ultrapassa vários governos.
- d) Além de requerer uma série de medidas e compromissos bastante exigentes e complexos, a política pública de gestão acima de tudo necessita de continuidade, pois – posto que ultrapasse vários governos – deve ser compreendida como uma política de Estado, não sendo de governo.
- e) Além de requerer uma série de medidas e compromissos bastante exigentes e complexos, a política pública de gestão necessita, acima de tudo, de continuidade; deve então, não ser compreendida como uma política de Estado e sim de governo, por ultrapassar vários governos.

- 14- Marque a opção que, ao preencher as lacunas do texto abaixo, atende às relações de regência e as articulações semânticas entre as orações.

A redemocratização brasileira – ___(A)___ ícones foram a Campanha das Diretas Já, em 1984, a eleição do Presidente Tancredo Neves e a posse do governo civil, em 1985, e a promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988 – conferiu significado mais amplo ___(B)___ substantivo cidadão. A cada dia de liberdade política, o termo foi se consolidando ___(C)___ predicado essencial ___(D)___ pessoas, em suas atividades e no cotidiano de sua interação com a sociedade, o Estado, a Justiça, a imprensa e o mercado consumidor.

(Ruy Altenfelder, Correio Braziliense, 26/02/2004, com adaptações)

	(A)	(B)	(C)	(D)
a)	dos quais	do	em	em
b)	cujos	para o	a	das
c)	que	ao	em	às
d)	cujos	ao	como	das
e)	dos quais	do	como	às

- 15- Assinale a opção que corresponde a uso incorreto de estrutura lingüística sublinhada no texto.

Passamos por um momento em que (1) nada é previsível. Escolha uma área qualquer da vida, e o que se en-
contra (2) é incerteza. Seja no que diz respeito à segurança nacional e à vida das empresas, seja no encaminhamento das carreiras individuais. Ninguém mais está seguro de nada. Esse ambiente se encaixa às (3) definições técnicas e científicas das teorias sobre o caos. Hoje em dia, muitas idéias que foram sólidas como rocha para gerações e gerações se desmancharam no ar como fumaça. As regras antigas foram jogadas pela janela. Não surgiram outras. O que se tem a fazer agora é seguir adiante e refazê-las (4) à medida que
avancamos (5).

(Tom Peters, **O mundo está um caos**, VEJA, 17 de dezembro de 2003, com adaptações)

- a) 1 b) 2 c) 3 d) 4 e) 5

- 16- Os trechos abaixo constituem um texto, mas estão desordenados. Ordene-os de forma a comporem um texto coeso e coerente e, a seguir, assinale a opção correta.

- () Novas descobertas da ciência nos trazem tecnologias que podem tanto melhorar nossa vida quanto nos trazer danos.
- () Ainda com relação à energia nuclear, sabemos que o acesso a materiais radioativos é restrito e controlado, mas ainda nos é permitido usufruir dos benefícios desse tipo de energia.
- () As leis, portanto, são fundamentais para controlar o uso das novas tecnologias, como evidenciam tais exemplos. Deve-se, contudo, ter cuidado com o poder de certos grupos na elaboração de leis – já se errou no passado, condenando à fogueira Galileu.
- () A energia nuclear, por exemplo, trouxe a tomografia computadorizada, mas, também, a bomba atômica. Esse fato comprova que precisamos de legislação e vigilância, como as que evitam o comércio de sangue ou de órgãos, mas permitem que milhões de vidas sejam salvas com transplantes.
- () Sabemos, também, que, hoje, temos um desafio: controlar a biotecnologia. É preciso criar mecanismos de controle que permitam que a pesquisa com embriões humanos seja realizada somente por grupos credenciados e com capacidade demonstrada na área.

- a) 1 – 2 – 3 – 4 – 5
b) 4 – 5 – 3 – 1 – 2
c) 2 – 4 – 1 – 5 – 3
d) 3 – 1 – 2 – 5 – 4
e) 1 – 3 – 4 – 2 – 5

- 17- Assinale a opção que completa corretamente as lacunas do texto adaptado de Cristovam Buarque, ***Da modernidade técnica à modernidade ética***.

O retrato do mundo atual ___(1)___ o Brasil representa pode servir para que o Brasil ___(2)___ o retrato que o mundo do futuro pode ser, em um projeto ___(3)___ ética e democracia se casem. ___(4)___ uma sociedade que respeite as liberdades individuais, ___(5)___ toda forma de apatção, concentre o esforço humano ___(6)___ ampliação do patrimônio cultural das sociedades, respeitando o equilíbrio ecológico, sem abandonar, mas ___(7)___ por último o sonho do consumo supérfluo como parte da meta civilizatória.

	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)
a)	onde	elabora	que	Através de	elimina	de	considere
b)	que	elabora	no qual	Em	eliminando	na	considere
c)	onde	elabore	para que	Em	elimine	de	considerando
d)	que	elabore	em que	Através de	elimine	na	considerando
e)	de que	elabore	no qual	Através de	eliminando	na	considere

- 18- Assinale a opção em que o período atende plenamente às normas de constituição do período.

- Há interesse recursal por parte da requerida, com vistas a uma sentença, a qual o juiz simplesmente homologa a desistência requerida pelo autor, é meramente processual, extinguindo assim, o feito, sem julgamento do mérito.
- Não é o caso de suprimento de instância nem de desrespeito ao princípio da demanda, pois, ainda que o pedido tenha sido de cassação, por disposição processual cível, e a matéria seja de ordem pública, é lícito ao tribunal decidir.
- O tribunal, conhecendo do recurso, deve dar-lhe provimento sob o fundamento de que rege o Código de Processo Civil, no tocante ao instituto da desistência, que após a citação da requerente, completa-se a relação jurídica, passando este a ter interesse jurídico no prosseguimento do feito.
- O tribunal só poderá, ao julgar decisão terminativa, apreciar o mérito da causa se presente dois requisitos: matéria estritamente de direito e requerimento do requerente. Havendo quebra do princípio da demanda, caso não requerido pelo requerente conforme dispõe a norma.
- O tribunal deve conhecer do recurso e dar-lhe provimento ao fundamento que como a causa estava devidamente instruída e apta para julgamento, o juiz deveria tê-la feito, devido ao princípio das relações jurídicas.

- 19- Em relação ao emprego dos sinais de pontuação, à concordância, à regência e à grafia, assinale o trecho abaixo que foi transcrito com correção gramatical.

- Na atualidade, avanços da biologia molecular e genética começam a viabilizar procedimentos médicos que afetam as fronteiras do universo ético. O “Projeto Genoma Humano”, responsável pela leitura do nosso código genético e as técnicas de clonagem de embriões de mamíferos cataliza discussões calorosas, não raro desinformadas sobre a necessidade ou não de expansão desse universo ético.
- Ignorar os potenciais benefícios e os custos sociopolíticos associados a medicina molecular – alternativa inercial –, é moralmente repugnante. Uma estratégia de instrução do debate deve incluir o estudo crítico de cenários hipotéticos e reais.
- É difícil delimitar o universo ético de uma sociedade, que se queira democrática. Abandonado o fetiche da “ética absoluta”, resta a sociedade, inclusive aos profissionais de saúde, debates e construção de novo código de ética médica e legislação federal em sintonia com os novos tempos.
- É necessário um contrato social que defina minimamente o ser humano como um ser provido da capacidade de exercer o livre-arbítrio. Ao Estado, cabe proteger tal capacidade – apenas a natureza poderá restringi-la (doença) ou aboli-la (morte). A maior contribuição da natureza ao livre-arbítrio, e, portanto, ao humano em cada um de nós são o nosso patrimônio genético.
- Um novo código de ética deve preservar os interesses dos cidadãos, inclusive daqueles doentes, e fazer do Estado guardião das liberdades individuais contra a tirania da maioria. Espera-se que nossa herança de Hipócrates – primeiro, não causar dano – constitua, por mais um milênio, o limite da ciência e, em particular, da arte médica.

(Adaptado de Antonio Oliveira dos Santos)

- 20- Assinale a opção em que todos os sinais de pontuação foram empregados de acordo com a norma gramatical.

- Já se disse várias vezes que a pós-modernidade morreu, mas ninguém até agora havia afirmado de forma tão cabal, que ela nem sequer existiu. É justamente o que defende o filósofo Gilles Lipovetsky. Ele argumenta que, desde os anos 50, o mundo vive uma intensificação jamais vista do tripé, que sempre caracterizou a modernidade: o mercado, o indivíduo e a escalada técnico-científica.
- A partir dos anos 80, com o avanço brutal da globalização e das novas tecnologias de comunicação, esse fenômeno – que ele batizou de hipermodernidade – adquire uma velocidade espantosa, passando a interferir diretamente sobre comportamentos e modos de vida.

- c) Mais do que um lance de retórica, o termo hipermodernidade define a situação paradoxal da sociedade contemporânea, dividida de modo quase esquizofrênico entre a cultura do excesso e o elogio da moderação. De um lado, diz Lipovetsky, “é preciso ser, mais moderno que o moderno, mais jovem que o jovem, estar mais na moda, que a própria moda”; de outro, valorizam-se “a saúde, a prevenção, o equilíbrio, o retorno da moral ou das religiões orientais”.
- d) Esse convívio frenético de ordem e desordem – ou “caos organizador”, como define Lipovetsky – que identifica a sociedade hipermoderna, resulta paradoxalmente, na fragilização do indivíduo, que vê ruir as antigas formas de coesão social – Estado, religião, partidos revolucionários.
- e) Otimista – “isso hoje, é um defeito” –, ele rebate visões apocalípticas sobre o futuro e diz, que as crises sempre foram inerentes ao capitalismo – “sistema flexível, que aceita críticas e sabe se adaptar”.

(Adaptado de Marcos Flaminio Peres)

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MPU

- 21- No âmbito das funções institucionais do Ministério Público da União, nos termos da Lei Complementar nº 75/93, não se inclui expressamente a seguinte competência:
- a) zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos às finanças públicas.
 - b) defender o patrimônio público e social.
 - c) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União aos princípios, condições e direitos previstos na legislação relativos à comunicação social.
 - d) defender a ordem jurídica, o regime democrático, os interesses sociais e os interesses individuais indisponíveis.
 - e) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes da União quanto aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde, educação e habitação.
- 22- É princípio institucional do Ministério Público da União a
- a) indivisibilidade.
 - b) responsabilidade.
 - c) legalidade.
 - d) moralidade.
 - e) vitaliciedade de seus membros.
- 23- O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista
- a) a repressão e a correção da ilegalidade.
 - b) a subordinação dos órgãos incumbidos da segurança pública.
 - c) a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio privado.
 - d) a prevenção do abuso de poder.
 - e) a disponibilidade da persecução penal.

- 24- São direitos assegurados ao membro do Ministério Público da União, exceto
- a) férias de sessenta dias por ano, facultada a conversão de um terço em abono pecuniário.
 - b) licença-prêmio por tempo de serviço.
 - c) aposentadoria com proventos iguais aos do cargo imediatamente superior ao último exercido pelo aposentado.
 - d) ajuda de custo em caso de remoção de ofício, promoção ou nomeação que importe alteração do domicílio legal.
 - e) salário-família.
- 25- Assinale a afirmativa verdadeira quanto à autonomia do Ministério Público da União.
- a) Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias ser-lhe-ão entregues até o dia 30 de cada mês.
 - b) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e funcional do Ministério Público da União será exercida pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
 - c) O Ministério Público da União não se submete ao controle interno quanto à sua autonomia financeira.
 - d) As contas referentes ao exercício anterior serão prestadas, anualmente, dentro de noventa dias da abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional.
 - e) A elaboração de sua proposta orçamentária deverá se vincular aos limites previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 26- O Ministério Público da União não compreende
- a) o Ministério Público do Trabalho.
 - b) o Ministério Público Federal.
 - c) o Ministério Público Eleitoral.
 - d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
 - e) o Ministério Público Militar.
- 27- Quanto ao procurador-geral da República, é verdadeiro afirmar que
- a) sua nomeação se dá entre integrantes do último nível da carreira, maiores de trinta e cinco anos.
 - b) é permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Senado Federal.
 - c) sua exoneração, de ofício, ocorre por iniciativa do presidente da República e mediante votação do Congresso Nacional.
 - d) são exigidos, para sua exoneração, o *quorum* parlamentar de maioria simples e processo de votação secreta.
 - e) ele exerce a chefia do Ministério Público Federal e do Ministério Público da União.

- 28- Quanto ao procurador-geral do Trabalho, assinale a afirmativa falsa.
- Será nomeado pelo procurador-geral da República entre membros da instituição, integrante de lista tríplice escolhida por meio de voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores.
 - Seu mandato é de dois anos, permitida uma recondução.
 - Sua exoneração, antes do término do mandato, será proposta pelo Conselho Superior, mediante deliberação obtida pelo voto secreto da maioria absoluta de seus membros.
 - Para concorrer ao cargo de procurador-geral do Trabalho, o integrante da carreira deverá ter mais de trinta e cinco anos de idade e cinco anos na carreira.
 - Caso não haja número suficiente de candidatos para a lista tríplice com mais de cinco anos de carreira, pode concorrer aquele com mais de dois anos de carreira.
- 29- É prerrogativa processual do membro do Ministério Público da União que officie perante tribunais ser processado e julgado por crimes de responsabilidade pelo
- Supremo Tribunal Federal.
 - Superior Tribunal de Justiça.
 - Tribunal Regional Federal.
 - Senado Federal.
 - Tribunal perante o qual atue.
- 30- Para promoção na carreira por antiguidade do membro do Ministério Público da União, assinale o primeiro critério de desempate na classificação.
- Tempo de serviço público federal.
 - Tempo de serviço público em geral.
 - Idade dos candidatos, em favor do mais idoso.
 - Tempo de serviço na carreira.
 - Tempo de contribuição previdenciária.
- 31- A garantia de inamovibilidade dos membros do Ministério Público da União pode ser excepcionalizada quando presente(s), concomitantemente, o(s) seguinte(s) elemento(s):
- por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto da maioria absoluta de seus membros.
 - por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
 - mediante decisão do Conselho Superior, pela maioria de seus membros, assegurada ampla defesa.
 - por decisão judicial transitada em julgado.
 - por motivo de interesse público, mediante decisão do procurador-geral da República, provocada pelo Conselho Superior, assegurada ampla defesa.
- 32- Quanto ao concurso público para ingresso nas carreiras do Ministério Público da União, assinale a afirmativa falsa.
- O concurso terá âmbito nacional.
 - O concurso será realizado, facultativamente, a juízo do Conselho Superior competente.
 - A comissão de concurso terá entre seus membros um jurista indicado pelo respectivo Conselho Superior.
 - O concurso será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a vinte por cento do quadro respectivo.
 - O concurso abrangerá as vagas existentes e aquelas que venham a surgir no respectivo prazo de eficácia.
- 33- Inclui-se, entre as vedações ao membro do Ministério Público da União,
- exercer a advocacia, ainda que gratuita.
 - participar, como acionista ou cotista, de sociedade comercial.
 - exercer o magistério superior em estabelecimento privado.
 - filiar-se a partido político.
 - exercer uma função de magistério público.
- 34- O servidor em débito com o erário que for demitido ou exonerado terá o prazo de 60 dias para quitar o débito. Caso não o faça nesse prazo, ocorrerá
- inscrição do débito em dívida ativa.
 - retenção de eventual crédito do servidor.
 - vedação de novo ingresso no serviço público.
 - ajuizamento de ação por improbidade administrativa.
 - inquérito policial por crime contra a administração pública.
- 35- Com referência a férias de servidor, assinale a afirmativa falsa.
- O período de 30 dias de férias pode ser acumulado, por necessidade do serviço, pelo máximo de dois períodos.
 - É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.
 - Após o primeiro período aquisitivo de férias, não se exigirá mais doze meses de exercício, passando ao regime de anualidade.
 - O parcelamento das férias em até três etapas é direito do servidor, independente da aquiescência da Administração.
 - As férias poderão ser interrompidas por motivo de comoção interna ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

36- Nos termos do Regime Jurídico Único do servidor público da União (Lei nº 8.112/90), não é possível conceder-se a seguinte licença ao servidor em estágio probatório

- a) para capacitação.
- b) para o serviço militar.
- c) para atividade política.
- d) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- e) por motivo de doença em pessoa da família.

37- Não se inclui nas exigências para a ocorrência da reversão do servidor aposentado, quando de interesse da administração,

- a) o servidor ter solicitado a reversão.
- b) a aposentadoria ter ocorrido nos dois anos anteriores à solicitação.
- c) o servidor ser estável quando na atividade.
- d) a existência de cargo vago.
- e) a aposentadoria ter sido voluntária.

38- A recondução de servidor estável decorrerá de

- a) invalidação de sua demissão judicial por decisão administrativa ou judicial.
- b) anulação de processo de promoção para cargo superior na respectiva carreira.
- c) aproveitamento de servidor em disponibilidade remunerada.
- d) readaptação de servidor decorrente de incapacidade física ou mental.
- e) inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo.

39- O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á

- a) com ressarcimento de sua remuneração pelo organismo cessionário.
- b) com perda total da remuneração.
- c) mediante licença para tratar de assuntos particulares.
- d) com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- e) sem prejuízo de sua remuneração.

40- Não se considera como de efetivo exercício o afastamento decorrente de

- a) missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, nos termos do regulamento.
- b) exercício de cargo em comissão nos poderes dos Estados e Municípios.
- c) licença para tratamento de saúde, até o limite de três anos.
- d) participação em competição desportiva nacional, conforme disposto em lei específica.
- e) deslocamento para nova sede em que for servir.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

DIREITO:

CONSTITUCIONAL

Nas questões 41 e 42, assinale a opção correta.

- 41- a) Os direitos fundamentais, na ordem constitucional brasileira, não podem ter por sujeitos passivos pessoas físicas.
- b) Toda gravação de conversa telefônica sem autorização de autoridade judicial constitui prova ilícita.
- c) O Ministério Público tem o poder de, em procedimento de ordem administrativa, determinar a dissolução compulsória de associação que esteja sendo usada para a prática de atos nocivos ao interesse público.
- d) O direito de reunião em lugares abertos ao público não depende de prévia autorização de autoridade pública.
- e) A existência, num processo administrativo ou penal, de prova ilicitamente obtida contamina necessariamente todo o feito, tornando-o nulo.
- 42- a) Nas matérias da competência privativas da União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios não podem legislar para suprir a falta de lei federal.
- b) A criação de municípios depende apenas de consulta às populações interessadas e de lei estadual autorizadora.
- c) Autoridades municipais não se sujeitam à Justiça Federal.
- d) Pacificou-se o entendimento de que as leis federais são hierarquicamente superiores às leis estaduais.
- e) Para pôr fim a situações de grave violação a direitos humanos, a União pode intervir nos Estados-membros e nos Municípios brasileiros.
- 43- Uma Comissão Parlamentar de Inquérito instaurada no plano federal não pode
- a) quebrar sigilo telefônico de investigado.
- b) investigar ato administrativo algum de integrante do Judiciário.
- c) quebrar sigilo bancário de investigado.
- d) anular ato do Executivo praticado de modo comprovadamente contrário à moral e ao direito.
- e) convocar integrante do Ministério Público para depor.

- 44- Sobre as medidas provisórias, é correto dizer que
- a) se trata de instrumento legislativo de adoção expressamente vedada aos Estados-membros.
 - b) o presidente da República pode delegar a edição de medidas provisórias, que versem sobre assunto de organização do Poder Judiciário, ao presidente do Supremo Tribunal Federal.
 - c) medida provisória não pode dispor sobre direito penal, nem mesmo para beneficiar o réu.
 - d) dada a sua natureza de "lei sob condição resolutiva", medida provisória não se sujeita ao controle abstrato da constitucionalidade, antes de convertida em lei.
 - e) não cabe o uso de medida provisória para regular assunto que venha a ser objeto, hoje, de uma emenda constitucional.
- 45- O *habeas corpus* contra ato de procurador da República com atuação em primeiro grau de jurisdição da Seção Judiciária do Distrito Federal é julgado pelo seguinte órgão jurisdicional:

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o Distrito Federal.
- c) Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- d) Juiz de Direito da Justiça comum de primeira instância do Distrito Federal.
- e) Juiz Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Nas questões 46 e 47, assinale a opção correta.

- 46- a) Por iniciativa do Conselho Superior do Ministério Público, o procurador-geral da República pode ser destituído da sua função, desde que com isso concorde a maioria dos integrantes do Senado Federal.
- b) Por votação da maioria absoluta da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pode ser destituído do seu cargo.
- c) Incumbe ao procurador-geral da República indicar os procuradores da República que atuarão como membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
- d) O membro do Ministério Público que adquiriu a vitaliciedade somente pode perder o seu cargo em virtude de decisão da maioria absoluta do Conselho Superior do ramo do Ministério Público a que pertence.
- e) O procurador-geral da República tem legitimidade para apresentar diretamente à Câmara dos Deputados projeto de lei fixando novos valores de retribuição pecuniária dos membros e servidores do Ministério Público da União.

- 47- a) Somente o Supremo Tribunal Federal pode julgar, em abstrato, a constitucionalidade de uma lei em face da Constituição Federal.
- b) Decidido pelo STF, em ação direta de inconstitucionalidade, que uma lei é inconstitucional, nenhum outro órgão do Judiciário pode decidir em sentido contrário, qualquer que seja o processo que esteja analisando.
- c) Os Tribunais de Justiça dos Estados não podem declarar a inconstitucionalidade de lei federal.
- d) Créditos, decorrentes de sentença judicial, de natureza alimentícia não se sujeitam ao regime de pagamento por meio de precatório.
- e) Todos os legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal também o são para ajuizar ação declaratória de constitucionalidade perante a mesma Corte.

ADMINISTRATIVO

- 48- O estudo dos atos funcionais do Estado foi desenvolvido, entre nós, por Miguel Seabra Fagundes. Pela sua doutrina, os atos funcionais podem classificar-se sob o critério formal e material. Assinale, entre os atos legislativos abaixo, aquele que se classifica, materialmente, como ato administrativo, decorrente de função administrativa do Estado.
- a) Medida provisória sobre política salarial.
 - b) Código Civil.
 - c) Lei municipal sobre zoneamento urbano.
 - d) Lei orçamentária estadual.
 - e) Emenda à Constituição Federal, alterando a ordem tributária.
- 49- Quanto aos poderes administrativos, assinale a afirmativa falsa.
- a) A esfera discricionária nos regulamentos de organização é maior do que aquela nos regulamentos normativos.
 - b) O poder disciplinar pode alcançar particulares, desde que vinculados ao Poder Público mediante contratos.
 - c) No âmbito do poder hierárquico, insere-se a faculdade de revogar-se atos de órgãos inferiores, considerados inconvenientes, de ofício ou por provocação.
 - d) A regra quanto à avocação de competências determina a sua possibilidade, desde que a competência a ser avocada não seja privativa do órgão subordinado.
 - e) O poder de polícia administrativa pode se dar em diversas gradações, finalizando, em todas as situações, com a auto-executoriedade, pela qual o administrado é materialmente compelido a cumprir a determinação administrativa.

50- Com referência à discricionariedade, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) A discricionariedade manifesta-se, exclusivamente, quando a lei expressamente confere à administração competência para decidir em face de uma situação concreta.
- b) O poder discricionário pode ocorrer em qualquer elemento do ato administrativo.
- c) É possível o controle judicial da discricionariedade administrativa, respeitados os limites que são assegurados pela lei à atuação da administração.
- d) O princípio da razoabilidade é o único meio para se verificar a extensão da discricionariedade no caso concreto.
- e) Pela moderna doutrina de direito administrativo, afirma-se que, no âmbito dos denominados conceitos jurídicos indeterminados, sempre ocorre a discricionariedade administrativa.

51- A legislação das agências reguladoras estabeleceu a possibilidade de se utilizar, para a aquisição de bens e contratação de serviços por essas entidades, uma modalidade especial de licitação, prevista tão-somente para essa categoria organizacional. Tal modalidade denomina-se:

- a) pregão
- b) consulta
- c) convite
- d) credenciamento
- e) registro de preços

52- Não se inclui no rol legal de hipóteses de dispensa de licitação a seguinte situação:

- a) aquisição de bens ou serviços nos termos de acordo internacional específico aprovado pelo Poder Executivo, quando as condições ofertadas forem manifestamente vantajosas para o Poder Público.
- b) compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.
- c) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- d) quando não acudirem interessados à licitação anterior e essa, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
- e) aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.

53- Quanto ao direito de petição, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos da União, Lei nº 8.112/90, assinale a afirmativa verdadeira.

- a) O recurso interposto quanto ao indeferimento do pedido de reconsideração será recebido com efeito suspensivo.
- b) O direito de requerer prescreve em três anos quanto aos atos de demissão.
- c) A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.
- d) O pedido de reconsideração e o recurso, em qualquer caso, interrompem a prescrição.
- e) O pedido de reconsideração deve ser dirigido à autoridade que houver proferido a primeira decisão, podendo ser renovado uma única vez.

CIVIL

54- Derrogação é

- a) a aplicabilidade da norma no espaço delimitado pelas fronteiras do Estado.
- b) a supressão total da norma anterior.
- c) o fato de a norma atingir os efeitos de atos jurídicos praticados sob o império da norma revogada.
- d) a não-aplicabilidade da lei nova a qualquer situação jurídica constituída anteriormente.
- e) tornar sem efeito uma parte da norma.

55- A curatela em que o curador apenas tem a gerência dos bens e não da pessoa do curatelado é a

- a) dada ao incapaz que não tiver representante legal ou, se o tiver, seus interesses conflitarem com os daquele.
- b) decorrente de decisão judicial, na falta de tutor testamentário ou legítimo que zele pelo menor.
- c) instituída a requerimento do enfermo ou portador de deficiência física.
- d) conferida aos interditos em razão de deficiência mental, embriaguez habitual ou de toxicomania.
- e) instituída a menor por genitor em ato *causa mortis*.

56- Assinale a opção falsa.

- a) A lei confere o direito de resgatar o imóvel hipotecado ao credor sub-hipotecário que, desde que esteja vencida a primeira hipoteca e haja oferta de pagamento pelo devedor, consignar judicialmente a importância devida.
- b) A anticrese autoriza o credor a reter o imóvel, para perceber os seus frutos e rendimentos com o escopo de compensar o débito dos juros e amortizar o capital da dívida, não tendo o direito de promover a venda judicial do bem dado em garantia.
- c) É direito do credor pignoratício exigir o reforço da garantia se a coisa empenhada se deteriorar ou perecer.
- d) A especialização do penhor, da hipoteca e da anticrese vem a ser a pormenorizada enumeração dos elementos que caracterizam a obrigação e o bem dado em garantia.
- e) O direito de preleção do credor resulta da própria natureza do direito real de garantia.

- 57- No regime matrimonial de participação final dos aqüestos,
- a) há presunção *juris et de jure* de que os bens móveis foram adquiridos durante o casamento.
 - b) se não houver convenção antenupcial admitindo a livre disposição dos bens imóveis particulares, nenhum dos cônjuges poderá aliená-los sem a anuência do outro.
 - c) sobrevivendo a dissolução da sociedade conjugal, apurar-se-á o montante dos aqüestos, incluindo-se, na soma dos patrimônios próprios, as dívidas relativas a esses bens.
 - d) se um dos cônjuges vier a pagar débito do outro, utilizando bens de seu patrimônio, o valor desse pagamento, sem atualização monetária, deverá ser imputado, na data da dissolução, à meação do outro consorte.
 - e) as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, obrigam ao outro ou a seus herdeiros.
- 58- Diante do fato de haver possibilidade de o internauta casado participar por meio do programa de computador, como o ICQ, de *chats*, de *mirc* e salas de bate-papo voltados a envolvimento amorosos geradores de laços afetivo-virtuais eróticos, pode surgir, na Internet, infidelidade por e-mail e contatos sexuais imaginários com outra pessoa, que não seja o seu cônjuge, constituindo motivo para pedido de
- a) separação judicial litigiosa como sanção.
 - b) separação judicial litigiosa como falência.
 - c) separação judicial litigiosa como remédio.
 - d) divórcio consensual indireto.
 - e) divórcio litigioso indireto.

- 59- Sob o ângulo de sua formação, contrato com declarações intervaladas é aquele em que
- a) deixa de ser obrigatória a proposta se, feita sem prazo a uma pessoa presente, não foi imediatamente aceita.
 - b) a oferta não obriga o proponente que, depois de tê-la feito, se arrepende desde que a retratação chegue ao conhecimento do oblato antes da proposta ou ao mesmo tempo que ela.
 - c) se estabelece prazo para a esfera da resposta a uma oferta feita.
 - d) na hipótese de ser o oblato ausente, o proponente deverá aguardar um lapso de tempo suficiente para que a oferta chegue ao destinatário, calculando-se o tempo conforme o meio de comunicação.
 - e) a proposta é obrigatória ao solicitante.

PROCESSUAL CIVIL

- 60- É correto afirmar que
- a) a aferição da suspeita de ocultação no caso de citação por hora certa é feita pelo oficial de justiça, mas deve conter o deferimento do juiz para que essa forma de citação possa ser implementada.

- b) qualquer cidadão pode impetrar o mandado de segurança individual. Mas apenas os partidos políticos com representação no Congresso Nacional ou organização sindical, entidade de classe ou associação em funcionamento há mais de um ano, podem interpor o mandado de segurança coletivo.
- c) segundo a lei, o mandado de segurança individual cabe, em alguns casos, contra sentença judicial, mas não cabe contra ato administrativo passível de recurso na esfera administrativa. Já o mandado de segurança coletiva não sofre essas restrições.
- d) os recursos interpostos contra decisões proferidas em processo de conhecimento após a audiência de instrução ficarão retidos nos autos e somente serão apreciados, independentemente de requerimento expresso, se houver apelação de qualquer das partes.
- e) em se tratando de execução fundada em título executivo judicial, são partes legítimas apenas aquelas que compuseram os pólos da ação de conhecimento originária. O mesmo não acontece com os recursos: o terceiro prejudicado que não compôs a demanda originária possui legitimidade recursal.

- 61- Tendo em vista as normas sobre processo de execução contidas no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) é possível hoje afirmar que alguns procedimentos executivos não mais representam processo autônomo de execução. A execução para entrega de coisa certa fundada em título judicial, por exemplo, pode assumir hoje a forma de uma mera fase final do processo de conhecimento.
- b) declarada judicialmente a insolvência de um devedor, suas obrigações se extinguem após 5 anos.
- c) em caso de sentença que não determina o *quantum debeat*, procede-se à sua liquidação. Se essa liquidação depender de mero cálculo aritmético, o credor elabora esses cálculos e os submete à apreciação do juiz, que poderá ou não homologá-los.
- d) a execução por quantia certa pode realizar-se apenas pela expropriação de bens do devedor. Esses bens serão alienados judicialmente e o produto das vendas será entregue ao credor como pagamento.
- e) uma sentença condenatória transitada em julgado pode ser executada em definitivo. Mas, se essa sentença for impugnada mediante recurso recebido sob efeito devolutivo e suspensivo, deverá ser executada provisoriamente.

- 62- Em atenção às normas contidas no Livro III do Código de Processo Civil, que trata do processo cautelar, é correto afirmar que

- a) a medida cautelar de arresto difere da medida cautelar de seqüestro pelo fato de que esta visa a acautelar bens móveis e aquela visa a acautelar bens imóveis.
- b) em sendo proposta demanda cautelar preparatória, a respectiva ação principal deve ser proposta em até 30 dias da propositura daquela.

- c) o poder geral de cautela do magistrado implica a permissão legal de determinar providências cautelares ainda que as partes não as tenham requerido, desde que vislumbre presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.
- d) o demandante que pleitear providência de cunho cautelar mas o fizer chamando-a de tutela antecipatória poderá ter seu pedido atendido ainda que incorreta a estrutura procedimental.
- e) a medida cautelar concedida liminarmente conserva sua eficácia até a sentença do processo cautelar. Porém, a não ser que haja decisão expressa nesse sentido, ela perde eficácia se o processo for suspenso.

63- Considerando os ritos procedimentais especiais previstos no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) os procedimentos especiais mesclam características de processos de conhecimento, execução e cautelar, apresentam prazos diversos e estão todos previstos no Livro IV do Código de Processo Civil.
- b) a ação de reintegração de posse, manutenção de posse e o interdito proibitório são demandas destinadas a proteger o possuidor frente a turbação, esbulho ou ameaça a seu direito, respectivamente.
- c) a ação de consignação em pagamento de quantia em dinheiro admite uma fase pré-processual, consistente no depósito do valor, pelo devedor ou terceiro, em estabelecimento bancário oficial, cientificando-se o credor para, em até dez dias, manifestar eventual recusa.
- d) a ação de prestação de contas compete apenas ao indivíduo que tem o direito de exigir a prestação de contas, para fazer com que o que tem o dever de prestá-las o faça.
- e) a ação de nunciação de obra nova compete a dois sujeitos: o proprietário, para evitar a construção de obra lesiva por seu vizinho, e o Município, para evitar construção em desacordo com a legislação respectiva.

64- Assinale a opção correta.

- a) O acusado em inquérito prévio à ação penal pública de competência originária dos Tribunais Superiores (Lei 8.038/90), se desconhecido seu paradeiro ou estiver dificultando a diligência do oficial, será notificado por hora certa para apresentar resposta em 15 dias.
- b) O mandado de injunção está previsto entre as garantias constitucionais individuais do cidadão como o remédio cabível quando alguma das Casas do Congresso Nacional não observar a pauta de votação.
- c) O *habeas data* é o remédio constitucional destinado a assegurar ao impetrante o conhecimento de informações sobre sua pessoa constantes em bancos de dados públicos ou privados.

- d) Compete sempre ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, para evitar grave lesão à ordem pública, suspender a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida em única ou última instância pelos tribunais federais, estaduais ou do Distrito Federal.
- e) A intervenção federal por desobediência à ordem judicial será promovida de ofício ou dependerá de pedido de presidente de Tribunal Federal ou Estadual. Mas, se a decisão não obedecida houver sido proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, a intervenção poderá ser promovida mediante pedido da parte interessada.

65- Em relação à defesa judicial dos interesses transindividuais, notadamente pela via da ação civil pública, é correto afirmar que

- a) a ação civil pública compete exclusivamente a entes públicos, seja o Ministério Público ou entidades vinculadas à União, Estados ou Municípios. Nesse último caso, desde que, entre suas finalidades institucionais, esteja a defesa do meio ambiente, o patrimônio artístico, histórico e paisagístico, o consumidor e a economia popular.
- b) ainda que a legitimação para a ação civil pública seja limitada, qualquer cidadão poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo informações que fundamentem a propositura. Já os servidores públicos têm essa prerrogativa como dever funcional. E os juízes, conhecendo tais informações, devem remetê-las ao Ministério Público para que esse tome as providências cabíveis.
- c) os interesses relativos à ordem econômica, a defesa da concorrência, tributos e questões previdenciárias cujos beneficiados puderem ser identificados não poderão ser tuteladas pela via da ação civil pública.
- d) na ação civil pública não há adiantamento de custas, nem de honorários periciais ou qualquer outra despesa. Mas a associação autora pode ser condenada nas verbas de sucumbência.
- e) Ainda que ambos tratem de interesses transindividuais, não se aplicam os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor à ação civil pública, pelo caráter mais amplo dessa.

PENAL

66- Podemos afirmar que a culpabilidade é excluída quando

- a) o crime é praticado em obediência à ordem, manifestamente legal, de superior hierárquico.
- b) há embriaguez fortuita incompleta.
- c) há erro inevitável sobre a ilicitude do fato.
- d) há coação moral resistível.
- e) há desenvolvimento mental completo.

67- Ao condenar alguém pela prática de uma infração, o juiz impõe-lhe a sanção penal que a lei prevê. Além dessa sanção, é efeito extrapenal genérico da condenação

- a) a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública.
- b) a incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela ou curatela, nos crimes dolosos, sujeitos à pena de reclusão, cometidos contra filho, tutelado ou curatelado.
- c) a inabilitação para dirigir veículo, quando utilizado como meio para a prática de crime doloso.
- d) tornar certa a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime.
- e) a perda de qualquer valor, em favor da União, independentemente de ter sido ele auferido pelo agente com a prática do fato criminoso.

68- Quanto ao crime de corrupção ativa (artigo 333 do CP), pode-se afirmar que

- a) depende da existência da corrupção passiva para que se configure.
- b) o tipo consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- c) o tipo consiste em solicitar para si ou para outrem, em razão da função, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- d) o tipo consiste em exigir, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
- e) se caracteriza o crime se o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido.

69- Considera-se ato infracional para os fins do Estatuto da Criança e do Adolescente

- a) a conduta descrita apenas como contravenção penal.
- b) a conduta descrita apenas como crime pela Lei Penal.
- c) a conduta descrita apenas como infração administrativa.
- d) a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- e) toda desobediência contra os pais.

70- É circunstância agravante dos crimes tipificados na Lei 8.078/90 (crimes contra a relação de consumo)

- a) serem cometidos em época de grave crise econômica.
- b) dissimular a natureza lícita do procedimento.
- c) deixar de entregar ao consumidor o termo de garantia adequadamente preenchido.
- d) impedir o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros ou banco de dados.
- e) empregar, na reparação de produtos, peças usadas, sem autorização do consumidor.

71- São considerados crimes hediondos

- a) epidemia com resultado morte e furto mediante fraude.
- b) latrocínio e apropriação indébita.
- c) extorsão qualificada pela morte e homicídio culposo.
- d) homicídio qualificado e atentado ao pudor mediante fraude.
- e) extorsão mediante seqüestro e falsificação de produto destinado a fins medicinais.

PROCESSUAL PENAL

72- A ação penal nos crimes de ação pública

- a) só pode ser exercida por iniciativa do Ministério Público, sem exceção.
- b) pode ser exercida por iniciativa do particular, quando o Ministério Público dela dispôr, expressamente.
- c) pode ser exercida por iniciativa do particular, quando depender de representação.
- d) pode ser exercida tanto por iniciativa do Ministério Público como do particular, quando a vítima for pobre.
- e) pode ser exercida pelo particular quando o Ministério Público não intentá-la no prazo legal.

73- Em relação ao assistente do Ministério Público, pode-se afirmar que

- a) pode ser admitido ainda durante o inquérito policial.
- b) o co-réu no mesmo processo poderá intervir como assistente quando tiver interesse na condenação do outro acusado para efeitos civis.
- c) somente pode ser admitido após a denúncia e até que seja proferida sentença.
- d) pode ser admitido após a sentença, mas sempre antes do trânsito em julgado dessa.
- e) cabe recurso em sentido estrito da decisão que admitir ou não o assistente.

74- O Supremo Tribunal Federal, ao julgar um *habeas corpus*, determinou a soltura do paciente, por excesso de prazo do flagrante. Ao receber a comunicação do resultado do julgamento, porém, o juiz deixou de dar cumprimento à determinação contida no acórdão, sob a alegação de que a instrução já estava finda. A defesa, para garantir a autoridade da decisão do STF, deve

- a) interpor reclamação.
- b) impetrar novo *habeas corpus*.
- c) impetrar mandado de segurança.
- d) interpor agravo.
- e) interpor recurso extraordinário.

75- Nos processos de competência originária dos Tribunais,

- a) a deliberação sobre o recebimento ou rejeição da denúncia ou a queixa é feita pelo relator, escolhido na forma regimental.
- b) o Tribunal poderá deliberar sobre a improcedência da acusação, antes mesmo do recebimento da denúncia ou queixa, se a decisão não depender de outras provas.
- c) o acusado deve ser notificado para oferecer resposta, no prazo de 5 (cinco) dias, antes da deliberação acerca do recebimento da denúncia ou queixa.
- d) o prazo para oferecimento de alegações finais escritas é de 3 (três) dias para cada uma das partes.
- e) a acusação e a defesa terão, sucessivamente, nessa ordem, prazo de 2 (duas) horas para sustentação oral, assegurado ao assistente $\frac{1}{4}$ do tempo da acusação.

76- No caso de concurso de agentes, a decisão proferida em recurso interposto por apenas um dos acusados

- a) só aproveita a quem recorreu.
- b) aproveita aos que não recorreram, quando, qualquer que seja o fundamento, for ela favorável àquele que recorreu.
- c) não pode aproveitar aos que deixaram de recorrer, porque ultrapassa em relação a esse os limites da coisa julgada.
- d) aproveita aos que deixaram de recorrer, somente quando fundada em motivos que não sejam de caráter personalíssimo.
- e) aproveita aos que deixaram de recorrer, somente quando não tiver se operado a coisa julgada em relação a esses.

77- O *habeas corpus*

- a) deve conter obrigatoriamente pedido de expedição de alvará de soltura, contra mandado de prisão ou salvo-conduto.
- b) pode ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem, bem como pelo juiz ou pelo Ministério Público.
- c) pode ser concedido de ofício pelo juiz ou tribunal, independentemente de impetração.
- d) é incabível se já houver trânsito em julgado da sentença.
- e) é incabível quando a coação for apenas iminente.

DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO

78- Em relação ao empregado eleito para ocupar cargo de diretor de sociedade anônima, é correto afirmar que

- a) ele tem o tempo de serviço atinente ao período de exercício na função de diretor computado para todos os efeitos legais.
- b) ele tem seu contrato de trabalho automaticamente rescindido na medida em que não pode ostentar a condição simultânea de empregado e empregador.

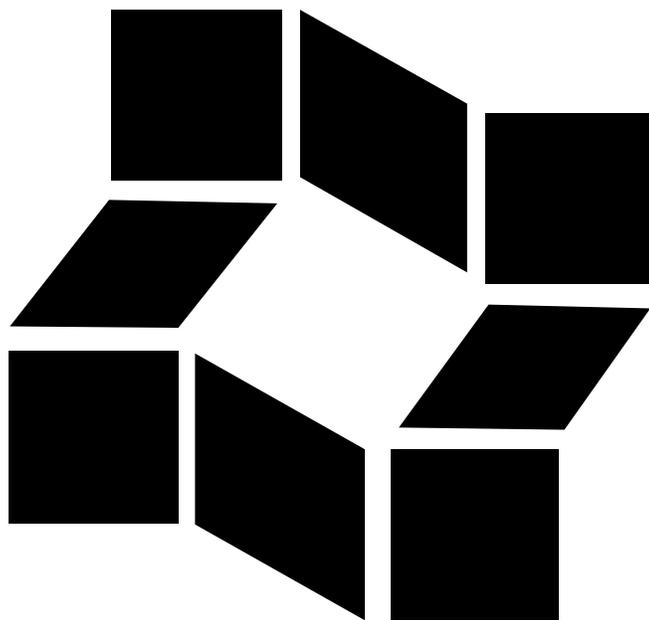
- c) ele tem seu contrato de trabalho interrompido, não se computando o tempo de serviço do período pertinente ao exercício da função de diretor, mesmo diante da presença da subordinação jurídica atinente ao liame empregatício.
- d) ele tem seu contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço do período em que exerceu a função de diretor, ainda que presente a subordinação jurídica imanente ao vínculo empregatício.
- e) ele tem seu contrato de trabalho suspenso, não se computando o tempo de serviço do período em que exerceu a função de diretor, salvo na hipótese de permanência da subordinação jurídica própria do vínculo empregatício.

79- No que tange aos efeitos pertinentes à estabilidade, aponte a opção incorreta.

- a) Admite-se a reintegração de empregado detentor de estabilidade provisória ainda que esgotado o período estável.
- b) O desconhecimento do empregador da gravidez da empregada não inibe o direito ao pagamento da indenização defluente da estabilidade, salvo na hipótese de previsão contrária em norma coletiva.
- c) O empregado candidato ao cargo de dirigente sindical tem direito à estabilidade provisória mesmo que o registro de candidatura tenha ocorrido durante o período do aviso prévio.
- d) Os efeitos da projeção do contrato de trabalho para o futuro em decorrência da concessão de aviso prévio alcançam as vantagens econômicas conquistadas durante o aviso prévio (salários, reflexos e parcelas rescisórias), com exceção da estabilidade provisória.
- e) A extinção do estabelecimento comercial na área de abrangência da base territorial do sindicato prejudica o direito do dirigente sindical à estabilidade provisória.

80- Indique, nas opções abaixo, quem está legitimado, no processo do trabalho, a recorrer das decisões proferidas em dissídio coletivo que alcance empresa de serviço público.

- a) Somente a parte sucumbente.
- b) A parte sucumbente e a Procuradoria da Justiça do Trabalho (Ministério Público do Trabalho).
- c) A parte sucumbente, a Procuradoria da Justiça do Trabalho (Ministério Público do Trabalho) e o presidente do Tribunal.
- d) Somente a Procuradoria da Justiça do Trabalho (Ministério Público do Trabalho).
- e) Somente o presidente do Tribunal.



ESAF